

*O Estado de São Paulo,  
Segunda feira, 14.8.2006*

## **Lula, frente e verso**

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

Poucas vezes na História republicana foi tão grande a distância que separa críticos e amigos do governo quanto à avaliação de desempenho de um presidente. Talvez devamos recuar mais de um século, a um governo em muitos sentidos o oposto do atual, o de Campos Salles, no quadriênio 1898-1902. O contraste é dramático entre o que alguns julgaram ter sido o renascimento financeiro do País, depois da anarquia financeira e política do início do regime republicano, e a vaia que acompanhou a sua despedida do Palácio do Catete rumo a São Paulo. Em meio ao que se anuncia como vitória folgada do presidente Lula nas eleições de outubro, este contraste entre avaliações, que tende a se agravar na campanha eleitoral, tem implicações perigosas.

Os críticos de Lula, acima de tudo, sublinham o déficit ético do partido do presidente. Mostram regozijo com a queda de anjos e as avarias ao capital político do partido, que reputam irreversíveis. Denunciam a política social baseada em instrumentos de transferência de renda como mistura de práticas assistencialistas e eleitoreiras. Ressaltam a escassez de resultados da política externa e o excesso de flexibilidade na acomodação dos populismos tanto na modalidade argentina quanto na boliviana. O recato na denúncia da mediocridade do crescimento só é garantido pela consciência de que, no duplo quadriênio do predecessor, o desempenho foi ainda pior. Sublinham a ameaça que representa a proliferação de episódios de violação de direitos de propriedade no campo. Só relutam quanto a denúncias relativas à violência urbana porque há responsabilidade conjunta de políticos da oposição, inclusive de seu candidato presidencial. Os críticos mais radicais não hesitam nem mesmo em criticar a política macroeconômica do governo, a perseguição de um superávit primário expressivo e a política monetária de "juros altos". Ou, batendo em tecla alternativa, na de que o governo, descomprometido com qualquer controle de gastos no longo prazo, continua a depender de aumento contínuo da carga tributária para fechar as suas contas. E que está utilizando maciça e irresponsavelmente recursos públicos para alcançar objetivos eleitorais.

O que para os críticos é desastre colossal, para outros, seguidores do presidente, é início promissor de radical reorientação do Brasil rumo à justiça social e à afirmação de sua soberania. A tentativa de defesa do governo quanto à questão ética é mistura de política de avestruz com Macunaíma aggiornato. Ou o problema não é reconhecido, ou é descartado, em meio a constatações de que todo mundo faz assim e de que em política é preciso ter jogo de cintura. As mesmas frases que se ouviam de ministros proeminentes no governo Collor. Para que a lista de realizações arrolada pelos seguidores do presidente não seja excessivamente curta é preciso que contenha temas bastante heterogêneos. O que cai na rede é peixe: sucessos genuínos de políticas consensuais no governo, sucesso de políticas duramente combatidas por segmentos expressivos da coalizão governista, meras fabulações.

A legítima história de sucesso que pode ser contada pela coalizão governista tem que ver com transferências de renda para as camadas mais pobres da população. O veredicto

quanto aos efeitos permanentes de tais políticas está ainda suspenso, mas não há muita dúvida de que foram destaque nas realizações do quadriênio. A outra história de sucesso, mais inequívoca, se refere à política de contenção da inflação posta em prática pelo Banco Central, sob contínuo apedrejamento de boa parte do governo e também da oposição. O problema aí é que não há muita garantia de que o seu uso eleitoral assegure continuidade da prudência num novo mandato do presidente. Finalmente, há as fabulações. Segundo o governo, o Brasil teve enorme sucesso na política externa com sua estratégia de aproximação a outras economias emergentes e de consolidação de sua liderança na América do Sul. Mas o que se vê é a esterilidade do protagonismo altivo e a constrangedora erosão da influência brasileira no Continente, com o País enredado em relações especiais com lamentáveis líderes populistas em posição caudatária em relação a Caracas.

A auto-avaliação que a coalizão governamental faz de seu desempenho terá papel importante na definição das políticas de um segundo mandato. Há os que acreditam que um novo governo Lula disporá de condições políticas e terá apetite para se armar de realismo e rever algumas de suas políticas mais desastrosas. Mas, a esta altura da partida, este parece ser cenário improvável. O presidente está correndo solto o páreo da reeleição. Não há nada hoje, com os mercados meio narcotizados, que o obrigue a explicitar garantias quanto ao seu comportamento futuro, nos moldes da Carta ao Povo Brasileiro.

O que se antecipa como cenário mais provável é a vitória do governo no primeiro turno, com continuidade de suas políticas. As maiores preocupações quanto ao futuro se concentram na política econômica e na política externa. Na política econômica, embora o cenário de manutenção de um Banco Central prudente e respeitado seja provável, a adoção de política fiscal sustentável dependerá de contenção de gastos, dados os limites ao crescimento da carga tributária. É difícil ver um governo Lula II muito competente nesta matéria. Quanto à política externa, não parece haver limites para o protagonismo escorado pelo claro banzo nacional-desenvolvimentista, agora explicitamente chegado ao verde-oliva. Vivendo e desaprendendo.

\*Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio